



POLÍCIA
MILITAR

POLÍCIA
MILITAR

Simulado Final

PM TO

Oficial

Pós-Edital

Simulado

Simulado Final PM-TO (Oficial)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Oficial do PM-TO**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/vuPvgQLWz31AZcjz8>

01 - (A)(B)(C)(D)(E)	11 - (A)(B)(C)(D)(E)	21 - (A)(B)(C)(D)(E)	31 - (A)(B)(C)(D)(E)	41 - (A)(B)(C)(D)(E)
02 - (A)(B)(C)(D)(E)	12 - (A)(B)(C)(D)(E)	22 - (A)(B)(C)(D)(E)	32 - (A)(B)(C)(D)(E)	42 - (A)(B)(C)(D)(E)
03 - (A)(B)(C)(D)(E)	13 - (A)(B)(C)(D)(E)	23 - (A)(B)(C)(D)(E)	33 - (A)(B)(C)(D)(E)	43 - (A)(B)(C)(D)(E)
04 - (A)(B)(C)(D)(E)	14 - (A)(B)(C)(D)(E)	24 - (A)(B)(C)(D)(E)	34 - (A)(B)(C)(D)(E)	44 - (A)(B)(C)(D)(E)
05 - (A)(B)(C)(D)(E)	15 - (A)(B)(C)(D)(E)	25 - (A)(B)(C)(D)(E)	35 - (A)(B)(C)(D)(E)	45 - (A)(B)(C)(D)(E)
06 - (A)(B)(C)(D)(E)	16 - (A)(B)(C)(D)(E)	26 - (A)(B)(C)(D)(E)	36 - (A)(B)(C)(D)(E)	46 - (A)(B)(C)(D)(E)
07 - (A)(B)(C)(D)(E)	17 - (A)(B)(C)(D)(E)	27 - (A)(B)(C)(D)(E)	37 - (A)(B)(C)(D)(E)	47 - (A)(B)(C)(D)(E)
08 - (A)(B)(C)(D)(E)	18 - (A)(B)(C)(D)(E)	28 - (A)(B)(C)(D)(E)	38 - (A)(B)(C)(D)(E)	48 - (A)(B)(C)(D)(E)
09 - (A)(B)(C)(D)(E)	19 - (A)(B)(C)(D)(E)	29 - (A)(B)(C)(D)(E)	39 - (A)(B)(C)(D)(E)	49 - (A)(B)(C)(D)(E)
10 - (A)(B)(C)(D)(E)	20 - (A)(B)(C)(D)(E)	30 - (A)(B)(C)(D)(E)	40 - (A)(B)(C)(D)(E)	50 - (A)(B)(C)(D)(E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/4X4B>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Suellen Borges*

1. "O silêncio, muitas vezes, não é a ausência de som, mas a presença de uma expectativa perturbadora."

A frase acima sugere que o silêncio, em certas situações, é:

- a) Um estado de paz e tranquilidade interior.
- b) Um indicativo de falta de comunicação entre as partes.
- c) Um presságio de algo iminente e possivelmente negativo.
- d) Uma estratégia deliberada para evitar confrontos diretos.
- e) O resultado natural da ausência de barulho ambiente.

2. Considere a frase: "Apesar do cenário econômico adverso, a empresa conseguiu expandir seus negócios, o que demonstra grande resiliência de sua gestão."

Assinale a alternativa que mais bem reescreve a frase acima, mantendo o sentido original, a correção gramatical e levando em conta o rigor da coesão e da coerência.

- a) A empresa expandiu seus negócios, demonstrando resiliência, apesar do cenário econômico adverso.
- b) Em virtude do cenário econômico adverso, a empresa expandiu seus negócios, demonstrando resiliência.
- c) A resiliência da gestão da empresa demonstrou a expansão de seus negócios, superando o cenário adverso.
- d) Se o cenário econômico não fosse adverso, a empresa não demonstraria resiliência ao expandir seus negócios.
- e) Mesmo o cenário econômico adverso, a empresa

expandiu seus negócios, comprovando sua resiliência.

3. No período: "É fundamental que as políticas públicas sejam continuamente revisadas para atender às novas demandas sociais."

A oração subordinada destacada é classificada sintaticamente como:

- a) Subordinada Substantiva Objetiva Direta.
- b) Subordinada Substantiva Subjetiva.
- c) Subordinada Substantiva Completiva Nominal.
- d) Subordinada Adjetiva Restritiva.
- e) Subordinada Adverbial Final.

4. Assinale a frase em que a vírgula foi empregada de forma INCORRETA:

- a) Os candidatos, após intensa preparação, estavam confiantes.
- b) É fundamental, que todos os documentos sejam verificados.
- c) Com calma e determinação, superaremos os obstáculos.
- d) O trabalho foi concluído, no entanto, os prazos foram apertados.
- e) Mariana, a nova coordenadora, apresentou o projeto.

5. Assinale a alternativa em que a concordância verbal está INCORRETA:

- a) Mais de um problema surgiu durante a reunião.
- b) Cerca de dez pessoas participaram do debate.
- c) Fui eu que assumiu a responsabilidade.
- d) Qual de vocês irá resolver a questão?
- e) Nem um nem outro compareceu ao evento.

6. Assinale a alternativa em que a regência do verbo destacado está empregada INCORRETAMENTE:

- a) Os funcionários agradeceram ao diretor a oportunidade.
- b) Ele aspirava ao cargo de gestão na empresa.
- c) Todos visavam aos objetivos de crescimento.
- d) Ninguém esqueceu do ocorrido na semana passada.
- e) O enfermeiro assistiu o paciente com prontidão.

7. Assinale a frase em que a colocação do pronome oblíquo átono está INCORRETAMENTE empregada:

- a) Me disseram que a reunião foi cancelada.
- b) Não o convidei para o evento.
- c) Em se tratando de prazo, nos organizamos bem.
- d) Talvez lhe conte a verdade amanhã.
- e) Aqueles que se dedicaram foram recompensados.

8. Assinale a alternativa em que há ERRO de ortografia ou de acentuação gráfica:

- a) A paciência é uma virtude essencial.
- b) Ele agiu com discrição em todos os momentos.
- c) A exceção à regra foi aprovada.
- d) Ele recolheu todos os pertences do local.
- e) Aquela decisão privilegiou poucos.

9. Considere o seguinte trecho:

"Na reunião, a equipe de desenvolvimento apresentou um projeto audacioso, com gráficos coloridos e projeções otimistas. O diretor, após uma longa e pensativa pausa, limitou-se a dizer: 'Interessante. Realmente, muito... inovador.' "

A reação do diretor, expressa na palavra destacada e no contexto, sugere:

- a) Genuíno entusiasmo pela originalidade do projeto.
- b) Sarcasmo em relação à falta de praticidade ou realismo da proposta.

c) Um elogio sincero à abordagem criativa da equipe.

d) Indiferença total, pois o projeto não o impressionou.

e) Surpresa com a ousadia e a inovação inesperada do trabalho.

10. Leia o trecho a seguir:

"A burocratização excessiva dos processos internos, aliada à falta de investimentos em tecnologia, gerou um atraso considerável na entrega dos serviços. Consequentemente, a satisfação do cliente despencou, e a reputação da empresa foi seriamente abalada."

A principal relação de sentido estabelecida entre o primeiro e o segundo período é de:

- a) Concessão.
- b) Conformidade.
- c) Condição.
- d) Consequência.
- e) Comparação.

11. Em um texto sobre desafios, a frase: "Às vezes, é preciso dar um passo atrás para pegar impulso."

O sentido dessa expressão é:

- a) Desistir de um objetivo para evitar maiores problemas.
- b) Retroceder temporariamente para ganhar força e avançar melhor.
- c) Mudar completamente de direção em momentos de dificuldade.
- d) Reconhecer a derrota e aceitar as limitações.
- e) Aguardar passivamente que a situação se resolva sozinha.

12. Assinale a alternativa em que a reescrita da frase "Ele é o único que consegue solucionar problemas complexos." ALTERA o sentido original.

- a) Somente ele consegue solucionar problemas complexos.
- b) Problemas complexos unicamente ele soluciona.
- c) Ele consegue solucionar somente problemas complexos.
- d) É o único que tem a capacidade de solucionar problemas complexos.
- e) Apenas ele é capaz de solucionar problemas complexos.

13. Assinale a frase em que a concordância nominal está INCORRETA:

- a) Eles mesmos resolveram a questão.
- b) Seguem anexas as cópias dos documentos.
- c) É necessário paciência para o trabalho.
- d) As pessoas ficaram meia confusas com as notícias.
- e) Livros e cadernos velhos estavam espalhados.

14. Assinale a alternativa em que o uso da crase está INCORRETO:

- a) Referiu-se à situação sem rodeios.
- b) Chegou à conclusão de que precisava mudar.
- c) Pediu informações à todos os presentes na sala.
- d) Dedicou-se às causas sociais com paixão.
- e) Graças à persistência, alcançaram o objetivo.

15. "O projeto foi bem planejado; todavia, a execução apresentou falhas significativas."

A conjunção destacada estabelece uma relação de:

- a) Adição.
- b) Explicação.
- c) Concessão.
- d) Contraste.
- e) Conclusão.

GEOGRAFIA E HISTÓRIA DE TOCANTINS

Sérgio Henrique

16. A partir de 2017, o IBGE implementou uma nova abordagem para a regionalização do estado do Tocantins, substituindo as mesorregiões e microrregiões por um sistema que reflete a dinâmica de influência das cidades. Considerando essa mudança, qual das alternativas abaixo melhor descreve a estrutura e as características dessa nova regionalização?

- a) A nova regionalização do Tocantins é composta por duas mesorregiões e oito microrregiões, com a Mesorregião Ocidental do Tocantins sendo a mais influente devido à sua concentração populacional.
- b) O Tocantins passou a ser dividido em Regiões Intermediárias e Regiões Imediatas, totalizando 139 municípios distribuídos em três regiões geográficas intermediárias: Gurupi, Palmas e Araguaína, sendo Araguaína a que possui o maior número de municípios.
- c) A principal característica da nova regionalização é a criação de 18 regiões administrativas estaduais, que agrupam municípios com base em critérios fisiográficos e de proximidade geográfica.
- d) O sistema atual de regionalização do IBGE foca exclusivamente na influência de Palmas sobre o território tocantinense, desconsiderando a centralidade de Gurupi e Araguaína.
- e) A regionalização de 2017 estabeleceu que a Região Intermediária de Gurupi é a mais influente, apesar de possuir o menor número de municípios e os menores fluxos econômicos.

17. O estado do Tocantins é singular por abrigar dois dos principais biomas brasileiros, cada um com características distintas e localizações específicas dentro do território tocantinense. Analise as afirmações a seguir sobre esses biomas e suas particularidades no estado e assinale a alternativa correta:

- a) O bioma Amazônia cobre a maior parte do território tocantinense, caracterizando-se por árvores de pequeno porte e troncos retorcidos, adaptadas a solos ácidos e períodos de seca.
- b) O Cerrado, predominante no Tocantins, é um bioma adaptado ao fogo natural, onde as cinzas funcionam como fonte de nutrientes e muitas espécies conseguem rebrotar após as queimadas, devido à proteção do sistema subterrâneo das plantas.
- c) A Floresta Amazônica no Tocantins é do tipo latifoliada e pluvial, mas se diferencia por ser caducifólia, perdendo suas folhas na estação seca para economizar água, similar à vegetação do Cerrado.
- d) O bioma Cerrado é considerado um hotspot mundial de biodiversidade, mas sua presença no Tocantins é restrita a uma pequena área no Bico do Papagaio, onde se encontra a maior concentração de espécies endêmicas.
- e) A Mata de igapó, uma das formações da Floresta Amazônica no Tocantins, é caracterizada por abrigar as maiores árvores e madeiras nobres, ocorrendo em áreas jamais inundadas pelas cheias dos rios.

18. A hidrografia do Tocantins é um elemento central na sua geografia e economia, com a Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia sendo a maior bacia totalmente brasileira. Considerando as os rios Tocantins e Araguaia e suas características, qual das seguintes afirmações é correta?

- a) O rio Araguaia, por ser um rio de planalto, é amplamente utilizado para a geração de energia hidrelétrica, abrigando a maioria das usinas do estado, enquanto o rio Tocantins é um rio de planície, ideal para irrigação.
- b) A bacia hidrográfica do Tocantins-Araguaia é a maior do Brasil em extensão e vazão, superando as bacias da Amazônia e do Paraná, e é a única que envolve a totalidade de um estado em seu interior.
- c) O sistema hidrográfico do Tocantins ocupa a porção leste do estado e é o maior em extensão territorial dentro do Tocantins, enquanto o rio Araguaia, que corre paralelo ao Tocantins, deságua em sua margem esquerda, formando o Bico do Papagaio.
- d) O rio Tocantins nasce no Distrito Federal e deságua diretamente no Oceano Atlântico, sem passar por outros estados, sendo o principal responsável pela formação da Ilha do Bananal.
- e) As usinas hidrelétricas de Tucuruí e Lajeado, embora importantes para a geração de energia, não estão localizadas na Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia, mas sim em bacias adjacentes.

19. A Marcha para o Oeste, um projeto ambicioso da Era Vargas, teve impactos significativos no território que viria a ser o Tocantins. Qual das alternativas abaixo melhor sintetiza a relação entre esse projeto e o desenvolvimento da região?

- a) A Marcha para o Oeste priorizou a criação de colônias agrícolas no Tocantins, como CERES e Dourados, para estimular a produção de alimentos e fixar a população rural.
- b) O principal legado da Marcha para o Oeste no Tocantins foi a organização de uma política de aldeamentos indígenas, com o objetivo de tornar terras disponíveis para a agropecuária.
- c) A Expedição Roncador-Xingu, parte da Marcha para o Oeste, foi responsável pela construção da BR-153, que interligou o Tocantins a Rondônia através de postos telegráficos.
- d) A Marcha para o Oeste visava à modernização do sul goiano com a construção de Goiânia, mas não teve influência direta na ocupação do norte do estado, que permaneceu isolado.
- e) O projeto de Vargas resultou na descoberta e exploração do cristal de rocha no vale do Araguaia, impulsionando um fluxo migratório e o surgimento de novos povoados devido à demanda internacional do minério.

20. O desejo por autonomia e a criação de um estado no norte goiano é um tema recorrente na história da região, manifestando-se em diferentes períodos e contextos. Qual das alternativas abaixo traça corretamente a evolução desse movimento emancipacionista?

- a) O movimento autonomista teve início com a Proclamação da República, quando os primeiros presidentes demonstraram grande interesse na criação de novos estados para descentralizar o poder.
- b) No século XIX, o processo de independência do Brasil levou à criação da Comarca de São João das duas Barras, que se tornou a capital definitiva do norte goiano, consolidando a autonomia da região.

c) A primeira manifestação de desejo por autonomia ocorreu no período colonial com a Primeira Cisão de Tocantins, quando mineradores ameaçaram se desligar de Goiás e se ligar ao Maranhão devido a altos impostos.

d) Durante a Era Vargas, a proposta de criação de um território federal do Tocantins foi prontamente aprovada e implementada com a nomeação de um governador indicado, centralizando o poder político na região.

e) A Casa do Estudante do Norte Goiano (CENOG) foi o primeiro movimento a defender a separação do norte goiano, caracterizando-se por um forte nacionalismo e pela oposição à Ditadura Militar.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Carlos Henrique

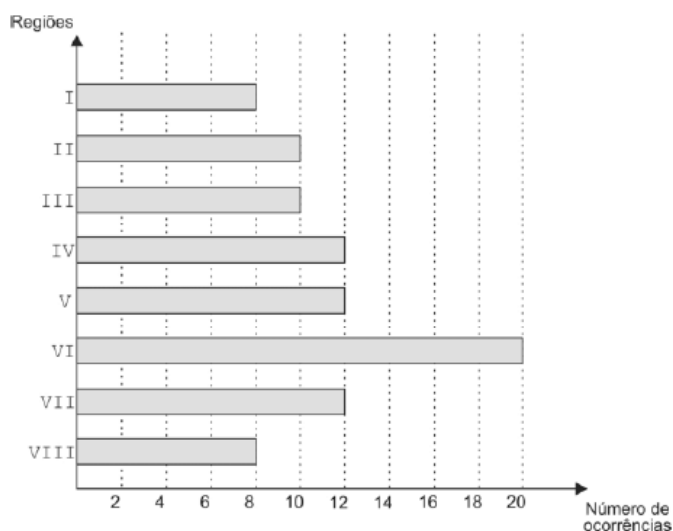
21. Avalie as três sentenças abaixo:

- I A corregedoria da polícia militar de Tocantins avalia as más ações policiais
- II Ele é um policial militar há 10 anos.
- III Quando serão alocados os novos praças aprovados no concurso para PM TO?

Assinale a opção correta.

- a) Apenas a sentença I é proposição.
- b) Apenas a sentença III é proposição.
- c) Apenas as sentenças I e II são proposições.
- d) Apenas as sentenças II e III são proposições.
- e) Todas as sentenças são proposições.

22. Corujinha fez um estudo sobre uma ocorrência em oito regiões metropolitanas. O resultado está mostrado no gráfico abaixo.



Sejam ME a mediana e $\bar{x}$ a média aritmética do número de ocorrências. Com base no estudo de Corujinha, pode-se concluir que o valor da moda é igual a:

- a) $3ME - 2\bar{x}$.
- b) $3\bar{x} - 2ME$.
- c) $2\bar{x} - ME$.
- d) $4\bar{x} - 3ME$.
- e) $2ME - \bar{x}$.

23. Em uma missão, a equipe é formada por 6 soldados, 5 cabos e 4 sargentos. Serão escolhidos 4 militares de modo que haja pelo menos um militar de cada patente.

A quantidade de diferentes equipes que podem participar da missão é igual a:

- a) 400.
- b) 720.
- c) 640.
- d) 900.
- e) 1080.

24. Marcos, um policial militar que está desempenhando um trabalho administrativo, pega duas canetas em um pote onde há um total de 3 canetas azuis e 2 canetas vermelhas. Qual é a probabilidade de ele pegar duas canetas da mesma cor?

- a) 72%
- b) 64%
- c) 45%
- d) 40%
- e) 30%

25. Uma pesquisa realizada em um batalhão da Polícia Militar do Tocantins realizada com 100 pessoas sobre qual banco cada militar utiliza, constatou-se que:

- 45 usam o banco A
- 51 usam o banco B;
- 32 usam o banco C;
- 18 usam os bancos A e B;
- 22 usam os bancos A e C;
- 15 usam os bancos B e C;
- 6 usam os três bancos.

Pode-se concluir que o número de militares que não utiliza nenhum dos três bancos é igual a:

- a) 18.
- b) 21.
- c) 25.
- d) 30.
- e) 32

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL***Adriane Fauth*

26. Maria e Carlos são vizinhos confrontantes em um bairro residencial e têm problemas frequentes devido ao barulho gerado por uma oficina que Carlos administra em sua propriedade. Sendo uma área predominantemente residencial, Maria está preocupada com a possibilidade de desvalorização do seu imóvel, que é de alto luxo, dada as suas excelentes condições financeiras, além do incômodo diário. Ao conversar com os demais vizinhos, eles informaram que o barulho produzido na oficina não chega a perturbá-los. Decidida a resolver a situação, Maria considera a possibilidade de mover uma ação contra Carlos para cessar as atividades da oficina.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que:

- a) Maria deve procurar um juiz de paz para resolver a questão, pois este tipo de conflito não pode ser judicializado.
- b) Por se tratar de questões relativas à poluição sonora, de interesse difuso, Maria pode recorrer diretamente ao Ministério Público para mover a ação.
- c) Maria precisa de um advogado ou de acesso à Defensoria Pública para ajuizar uma ação de obrigação de fazer ou não fazer.
- d) por se tratar de interesse privado e em razão da situação pessoal de Maria, ela precisa de um advogado para o ajuizamento da ação, não de um Defensor Público.
- e) por dizer respeito ao direito de propriedade, que tem a natureza de direito fundamental, a ação pode ser ajuizada pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública.

27. O presidente da República, com o objetivo de conter o crescimento da despesa pública, consultou sua assessoria a respeito do procedimento a ser observado para se extinguir determinado quantitativo de cargos, bem como se poderia delegar essa competência. Foi corretamente informado ao chefe do Poder Executivo que os cargos:

- a) podem ser extintos por decreto, desde que se encontrem vagos, podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- b) em obediência ao princípio da paridade das formas, somente podem ser extintos por lei.
- c) podem ser extintos por decreto e, em se tratando de cargos ocupados, os servidores serão postos em disponibilidade, podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- d) ocupados só podem ser extintos na forma da lei, podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- e) podem ser extintos por decreto, desde que se encontrem vagos, não podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.

28. Durante uma crise institucional, o Presidente da República decretou estado de defesa em determinada região do país e, posteriormente, solicitou autorização para o estado de sítio. Paralelamente, diante de uma catástrofe de grandes proporções, discutiu-se a necessidade de decretação de estado de calamidade pública de âmbito nacional. Diante desse cenário, a assessoria jurídica do Congresso Nacional foi consultada sobre as competências constitucionais relativas à apreciação, autorização e suspensão dessas medidas.

À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta quanto às competências do Congresso Nacional nessas situações:

- a) Compete ao Congresso Nacional aprovar ou suspender o estado de defesa, autorizar o estado de sítio e decretar o estado de calamidade pública de âmbito nacional, todas por meio de lei ordinária.
- b) Compete privativamente ao Senado Federal aprovar o estado de defesa e autorizar o estado de sítio, enquanto a decretação do estado de calamidade pública de âmbito nacional é de competência exclusiva da Câmara dos Deputados.
- c) Compete ao Congresso Nacional aprovar o estado de defesa, autorizar e suspender o estado de sítio, e decretar o estado de calamidade pública de âmbito nacional, sendo essas competências exercidas sem necessidade de sanção presidencial.
- d) Compete ao Congresso Nacional aprovar o estado de defesa e o estado de sítio, mas a suspensão dessas medidas é competência exclusiva do Presidente da República.
- e) Compete privativamente à Câmara dos Deputados aprovar o estado de defesa, autorizar o estado de sítio e decretar o estado de calamidade pública de âmbito nacional, cabendo ao Senado Federal apenas a suspensão dessas medidas.

29. Durante uma audiência pública sobre transparência e responsabilidade fiscal, um deputado questionou a assessoria legislativa acerca do procedimento constitucional para a prestação de contas do Presidente da República, especialmente quanto ao papel do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União (TCU) nesse processo. O deputado também quis saber das consequências do descumprimento do prazo constitucional pelo Chefe do Executivo.

À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) O Presidente da República deve prestar contas ao Congresso Nacional até sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, cabendo ao Tribunal de Contas da União julgar definitivamente essas contas.
- b) Compete ao Congresso Nacional julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República, após parecer prévio do Tribunal de Contas da União, e à Câmara dos Deputados proceder à tomada de contas caso não sejam apresentadas no prazo constitucional.
- c) O Tribunal de Contas da União aprecia e julga as contas do Presidente da República, cabendo ao Congresso Nacional apenas homologar a decisão.
- d) Caso o Presidente da República não preste contas no prazo legal, compete ao Senado Federal proceder à tomada de contas, independentemente de manifestação da Câmara dos Deputados.
- e) O parecer prévio do Tribunal de Contas da União sobre as contas do Presidente da República é dispensável para o julgamento pelo Congresso Nacional, que pode decidir sem qualquer manifestação técnica.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Rodrigo Bet*

30. Carlos possui duas graduações na área da saúde: Fisioterapia e Nutrição. Atualmente, é servidor público efetivo no cargo de fisioterapeuta em um hospital universitário federal. Após ser aprovado em novo concurso público, foi nomeado para o cargo de nutricionista em um hospital municipal. Ambas as profissões são regulamentadas e os horários dos cargos são compatíveis. Diante disso, assinale a alternativa correta:

- a) É proibido acumular cargos públicos, sendo necessário que Carlos escolha qual dos dois cargos deseja manter.
- b) Carlos pode acumular os dois cargos, desde que as profissões sejam regulamentadas e haja compatibilidade de horários.
- c) A acumulação de cargos públicos só é permitida quando se tratar de cargos de professor, o que não é o caso.
- d) Não há vedação para acumulação de cargos, podendo o servidor, havendo compatibilidade de horários, acumular cargos públicos de forma irrestrita.
- e) Apenas cargos de médico permitem a acumulação, sendo vedada para as demais profissões da área da saúde.

31. No estudo dos elementos do ato administrativo, o “motivo” corresponde:

- a) À aptidão legal do agente público para praticar determinado ato dentro de sua esfera de atribuições.
- b) À forma legalmente exigida para a manifestação de vontade da Administração Pública.
- c) À situação de fato e de direito que autoriza ou exige a prática do ato administrativo.
- d) Ao resultado jurídico pretendido com a edição do ato, como uma autorização ou sanção.
- e) À finalidade pública específica que justifica a existência da atuação administrativa.

32. Com base na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), com as alterações

promovidas pela Lei nº 14.230/2021, analise as afirmativas abaixo:

- I. O sucessor ou herdeiro do agente que praticou ato de improbidade pode responder pelo ressarcimento ao erário, limitado ao valor da herança ou patrimônio transferido.
- II. As penalidades previstas na LIA prescrevem em 5 anos, contados da data da prática do ato ímprobo.
- III. A responsabilidade por ato de improbidade administrativa admite forma culposa nos casos que causem prejuízo ao erário.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas o item III está correto.
- b) Apenas os itens I e III estão corretos.
- c) Apenas o item I está correto.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) Todos os itens estão incorretos.

33. Um servidor responsável de uma delegacia de polícia civil pretende adquirir materiais de expediente e limpeza para uso interno da unidade. Após levantamento de preços, constatou-se que o custo total da aquisição será de R\$ 18.000,00. Com base na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), assinale a alternativa correta quanto à obrigatoriedade da licitação:

- a) A licitação será inexigível, pois o valor não ultrapassa o teto para contratações diretas de bens e serviços comuns.
- b) A licitação é obrigatória, visto que o montante ultrapassa o patamar mínimo legal para compras diretas.
- c) A licitação poderá ser dispensada, pois o valor encontra-se abaixo do limite legal para compras de menor vulto.
- d) A licitação será inexigível, pois não há possibilidade de competição entre fornecedores em razão do valor reduzido.
- e) Compras da Administração Pública devem ser realizadas mediante licitação, em qualquer hipótese.

DIREITO PENAL*Renan Araujo*

34. No dia 10.05.2025, Daniel matou sua ex-esposa, Isabela, pois não aceitava o divórcio do casal. O crime foi praticado na presença do filho do casal, Yan, de apenas 07 anos de idade. Para a execução do crime, Daniel contou com a ajuda de seu amigo Carlos.

Com base nessa situação, assinale a alternativa correta:

- a) Daniel e Carlos responderão pelo crime de feminicídio, majorado por ter sido praticado o crime na presença de descendente da vítima.
- b) Daniel responderá pelo crime de homicídio simples, enquanto Carlos responderá apenas por participação em homicídio simples.
- c) Daniel responderá pelo crime de feminicídio, enquanto Carlos responderá por participação em feminicídio, sem majoração.
- d) Daniel e Carlos responderão pelo crime de homicídio qualificado pelo feminicídio, majorado por ter sido praticado o crime na presença de descendente da vítima.
- e) Daniel responderá pelo crime de feminicídio, com a aplicação da majorante relativa à presença do descendente da vítima durante a prática do crime, enquanto Carlos responderá por homicídio qualificado.

35. Jonas, reincidente, ingressou em uma casa não habitada, com vistas a subtrair uma motocicleta velha que lá se encontrava. Após arrombar o cadeado do portão e ingressar na casa, por volta das 2h da madrugada, Jonas subtrai a motocicleta, avaliada em R\$ 1.200,00, e empreende fuga.

Com base nessas informações, assinale a alternativa correta:

- a) Jonas terá a pena aumentada em um terço, pois o crime foi praticado durante o repouso noturno.

b) Como o crime foi praticado em uma residência desabitada, não será aplicável a majorante do repouso noturno.

c) Por se tratar de furto qualificado, não será aplicável a majorante do repouso noturno.

d) Nesse caso, é possível ao Juiz aplicar somente a pena de multa.

e) Jonas deverá responder por furto simples, sem quaisquer qualificadoras ou causas de aumento de pena.

LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE*Ivo Martins*

36. No que se refere aos dispositivos contidos na Lei nº 11.343/06 (Lei de Drogas), marque a alternativa correta.

- a) Não se pune criminalmente o agente que oferece droga de maneira casual a pessoas de seu relacionamento e, desde que o faça, em ambiente privado, está sujeito à mera advertência verbal.
- b) O infrator primário que possui bons antecedentes, não se dedica a atividades criminosas e não integra organização criminosa, poderá ter a pena diminuída ou obter o perdão judicial.
- c) Não pode ser reconhecida a diminuição da pena no tráfico privilegiado se as circunstâncias do caso concreto evidenciarem a transmunicipalidade do delito.
- d) Na fixação da pena, o juiz deverá considerar a natureza e a quantidade da droga, bem como a personalidade e a sua conduta social, com preponderância de tais critérios sobre as circunstâncias judiciais do Código Penal.
- e) Não é punível o cultivo de plantas das quais possa ser extraída droga considerada ilícita, desde que o plantio tenha finalidade medicinal e haja autorização do Estado e do Município onde localizado cultivo e/ou plantação.

DIREITO PROCESSUAL PENAL*Priscila Silveira*

37. Em relação à aplicação da lei processual, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A lei processual penal deve ser aplicada imediatamente aos processos em andamento, preservando-se, no entanto, os atos realizados sob a vigência da legislação anterior.
- b) Se o inquérito for arquivado por ausência de fundamentos para a denúncia, não é permitido que a autoridade policial prossiga com a investigação, mesmo que tenha conhecimento de novas provas.
- c) A lei processual penal não se aplica aos processos que estão sob a jurisdição da Justiça Militar.
- d) Em relação à aplicação da lei processual penal ao longo do tempo, o Brasil adota o sistema de isolamento dos atos processuais.
- e) No caso de normas processuais mistas ou híbridas, aplica-se a retroatividade da norma mais benéfica.

38. O inquérito policial tem como objetivo a investigação de fatos criminosos, circunstâncias e a identificação dos autores dos delitos. Em relação a essa fase da persecução penal, é correto afirmar:

- a) O inquérito não pode ser desarquivado pelo delegado em nenhuma hipótese.
- b) A ausência de pressupostos para a continuidade das investigações permite que o delegado decida pelo arquivamento do inquérito.
- c) Se o pedido do ofendido para a instauração do inquérito policial for negado, a vítima pode interpor recurso nominado.
- d) O indiciamento não é uma atribuição privativa do delegado.
- e) O sistema jurídico brasileiro permite o início das investigações mesmo sem a existência de uma notícia de crime.

39. Relacionado à liberdade provisória e suas modalidades, de acordo com o Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- a) A autoridade policial não pode conceder fiança nos casos em que a pena máxima em abstrato arbitrada ao crime seja superior a 4 anos.
- b) Os crimes considerados inafiançáveis, devido à gravidade da ofensa ao bem jurídico protegido, não permitem a concessão de liberdade provisória.
- c) O valor da fiança pode ser aumentado em até 10.000 (dez mil) vezes se a situação financeira do preso for favorável.
- d) A fiança pode ser concedida em casos de prisão civil, mas não em situações de prisão militar.
- e) Se o condenado não se apresentar para iniciar o cumprimento da pena, será considerado perdido, em metade, o valor da fiança.

DIREITO PENAL MILITAR*Antônio Pequeno*

40. Um policial militar praticou dois crimes em concurso: o primeiro foi o crime de motim e o segundo, o crime de violência contra superior. De acordo com a teoria clássica e com a teoria do Direito Penal comum, são, respectivamente:

- a) propriamente militar e propriamente militar.
- b) propriamente militar e impropriamente militar.
- c) impropriamente militar e propriamente militar.
- d) impropriamente militar e impropriamente militar.
- e) crime militar por extensão e crime militar por extensão.

41. Um militar das Forças Armadas praticou um crime de homicídio doloso contra a vida de um civil, fora das hipóteses do art. 9º, §2º do CPM. Nessa situação hipotética, será competente para julgar esse crime:

- a) Justiça Militar da União.
- b) Tribunal do Júri.
- c) Superior Tribunal Militar.
- d) Justiça Militar Estadual.
- e) Superior Tribunal de Justiça.

42. O Código Penal Militar, diferentemente do Código Penal Comum, adotou no estado de necessidade a teoria:

- a) Unitária.
- b) Monista.
- c) Diferenciadora.
- d) Ubiquidade.
- e) Ultra-atividade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Murilo Marques

43. Quanto à Polícia Judiciária Militar, assinale a alternativa incorreta:

- a) Obedecidas as normas regulamentares de jurisdição, hierarquia e comando, as atribuições do exercício da polícia judiciária militar poderão ser delegadas a oficiais da ativa, para fins especificados e por tempo limitado.
- b) Em se tratando de delegação para instauração de inquérito policial militar, deverá aquela recair em oficial de posto superior ao do indiciado, desde que da ativa.
- c) Não sendo possível a designação de oficial de posto superior ao do indiciado para exercício da polícia judiciária militar, poderá ser feita a de oficial do mesmo posto, desde que mais antigo.

d) Dentre as competências da polícia judiciária militar encontra-se a de requisitar da polícia civil e das repartições técnicas civis as pesquisas e exames necessários ao complemento e subsídio de inquérito policial militar.

e) Dentre as competências da polícia judiciária militar encontra-se a de representar às autoridades judiciárias militares acerca da prisão preventiva e da insanidade mental do indiciado.

44. Sobre o assunto Prisões previstos no Código de Processo Penal Militar, assinale a alternativa correta:

- a) A prisão de militar, como regra, poderá ser feita por outro militar, mesmo que mais moderno.
- b) Se, ao tomar conhecimento da comunicação, a autoridade judiciária verificar que a prisão é ilegal, terá até 48 horas para relaxá-la.
- c) A prisão poderá ser efetuada em qualquer dia e a qualquer hora, respeitadas as garantias relativas à inviolabilidade do domicílio.
- d) As pessoas sujeitas a prisão provisória poderão ficar juntas das que estiverem definitivamente condenadas.
- e) Serão recolhidos a quartel ou a prisão especial, à disposição da autoridade competente, quando sujeitos a prisão, antes de condenação irreversível, os diplomados por faculdade, dentre outros.

45. Quanto ao instituto da menagem, assinale a alternativa incorreta:

- a) A menagem poderá ser concedida pelo juiz, nos crimes cujo máximo da pena privativa da liberdade não exceda a quatro anos, tendo-se, porém, em atenção a natureza do crime e os antecedentes do acusado.
- b) A menagem a militar poderá efetuar-se no lugar em que residia quando ocorreu o crime ou seja sede do juízo que o estiver apurando, ou, atendido o seu posto ou graduação, em quartel, navio, acampamento, ou em estabelecimento ou sede de órgão militar.
- c) A menagem a civil será no lugar da sede do juízo, ou em lugar sujeito à administração militar, se assim o entender necessário a autoridade que a conceder.
- d) O insubmisso terá o quartel por menagem, independentemente de decisão judicial, podendo, entretanto, ser cassada pela autoridade militar, por conveniência de disciplina.
- e) A menagem concedida em residência ou cidade será levada em conta no cumprimento da pena.

NORMAS PERTINENTES À PM-TO

Fábio Ramos

46. De acordo com a Lei Nº 2.578, Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins, julgue:

- I. Organização Militar - OM: é a denominação dada à Unidade Policial Militar - UPM e à Unidade de Bombeiro Militar - UBM, administrativa ou operacional, da Corporação incluídas suas subunidades;
- II. Corporação: é a denominação dada, nesta Lei, às Polícias Militares do território brasileiro- e ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins- CBMTO;

III. Função Militar: é o exercício das atribuições inerentes ao cargo, comissão, encargo ou incumbência;

IV. Serviço Ativo: é a situação do militar capacitado legalmente para o exercício de cargo, comissão, função ou encargo militar.

Assinale a opção correta.

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) II, III e IV, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.
- e) I, II, III, e IV.

47. Tibério, subão (subtenente) da Polícia Militar do Tocantins, que desconhece a Lei nº 2.578, de 20 de abril de 2012 — que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins —, foi perguntar a Fábio, mais antigo e também membro da corporação, sobre os dispositivos da referida lei. Fábio respondeu corretamente, exceto que:

- a) O acesso inicial ao Quadro de Oficiais Policiais Militares - QOPM e ao Quadro de Oficiais Bombeiros Militares - QOBM se dá na graduação de Cadete que, após a conclusão e aprovação no Curso de Formação de Oficiais, é declarado Aspirante a Oficial.
- b) Disciplina é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam a Corporação e coordenam o seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e cada um de seus integrantes.
- c) A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos em todas as circunstâncias da vida entre militares da ativa, da reserva remunerada, reformados e de outras organizações militares.
- d) A subordinação não afeta a dignidade do militar e decorre, exclusivamente, da estrutura hierarquizada da Corporação.
- e) O Oficial é preparado, ao longo da carreira, para o exercício do Comando, da Chefia e da Direção das organizações militares.

48. Tibério é oficial recém-formado da Polícia Militar do Tocantins e ainda não conhece a Lei nº 2.578, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins. Ramos, oficial mais antigo da corporação, conhece um pouco mais sobre a norma. Tibério perguntou a Ramos se, ao cometer uma infração que correspondesse a pena disciplinar de prisão ou detenção, essa pena poderia ultrapassar determinado limite. Ramos respondeu corretamente que a pena não pode ser superior a:

- a) quinze dias.
- b) trinta dias.
- c) quarenta dias.
- d) (D) quarenta e cinco dias.
- e) sessenta dias.

49. Conforme a Lei nº 2.578, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins, são considerados preceitos e deveres da ética militar, exceto:

- a) o sentimento do dever, o denodo militar e o decoro da classe impõem, a cada um dos integrantes da Corporação, condutas moral e profissional irrepreensíveis, com a fiel observância do seguinte preceito e dever da ética militar: amar a verdade e a responsabilidade como fundamento da dignidade.
- b) respeitar a dignidade da pessoa humana.
- c) o espírito de corpo, o orgulho do militar pela organização a que serve.
- d) proceder de maneira ilibada na vida pública e na particular.
- e) abster-se do uso do posto ou da graduação para obter facilidades pessoais de qualquer natureza ou para encaminhar negócios particulares ou de terceiros.

50. A luz da Lei nº 2.578, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins, analise as assertivas a seguir.

São competentes para instaurar ou determinar a instauração de sindicância, e aplicar as sanções disciplinares, as seguintes autoridades:

- (I) o Chefe do Poder Executivo, em relação a todos os integrantes das Corporações Militares Estaduais, as sanções previstas nesta Lei;
- (II) o Comandante-Geral, em relação a todos que lhe forem funcionalmente subordinados, as sanções previstas nesta Lei, inclusive a demissão de oficial;
- (III) o Chefe do Estado Maior, em relação a todos militares que lhe forem funcionalmente subordinados, as sanções disciplinares até 10 dias de prisão;
- (IV) o Corregedor-Geral, em relação a todos militares sujeitos a esta Lei, exceto o Comandante-Geral, o Chefe do Estado Maior, o Subchefe do Estado Maior e todos os integrantes da Casa Militar, as sanções disciplinares até trinta dias de prisão.

Estão corretas, as assertivas :

- a) I e III
- b) II e IV
- c) I e II
- d) I e IV
- e) III e IV

Discursiva

O impacto devastador das apostas online na economia brasileira

Ideia de que as bets são uma simples forma de entretenimento tem se provado equivocada

Nos últimos anos, as plataformas de [apostas online](#) emergiram como um fenômeno global, capturando milhões de usuários e criando um novo padrão de comportamento financeiro. No Brasil, essa tendência tem se mostrado particularmente preocupante, uma vez que a promessa de riqueza fácil mascara consequências econômicas e sociais devastadoras.

A situação é ainda mais alarmante quando consideramos a ausência de regulamentação robusta e a facilidade com que essas plataformas transferem recursos para o exterior, muitas vezes localizadas em paraísos fiscais.

A ideia de que as apostas online são uma simples forma de entretenimento tem se provado equivocada. O impacto econômico e social dessas plataformas vai muito além de uma atividade recreativa. Para milhões de brasileiros, especialmente aqueles das classes média e baixa, a sedução das apostas cria um ciclo destrutivo de endividamento.

O problema não reside apenas no endividamento individual, mas no efeito dominó que ele provoca. Quando famílias começam a perder dinheiro em apostas, a capacidade de consumo diminui. Isso afeta diretamente setores da economia que dependem de um fluxo constante de consumo doméstico, como o varejo e a prestação de serviços.

<https://www.jota.info/artigos/o-impacto-devastador-das-apostas-online-na-economia-brasileira>

A banca (quase) sempre ganha: Brasileiro perde 35% do que gasta nas bets

Dados sobre mercado brasileiro de apostas online constam de relatório do Itaú que tentava analisar impacto das bets sobre o varejo

Os brasileiros recebem 35% a menos do que gastam em sites de apostas esportivas (as chamadas bets) e cassinos online. Ao mesmo tempo, o mercado brasileiro de apostas pela internet consome 2% da renda dos trabalhadores.

Os dados constam de um relatório do Itaú no qual os analistas do banco tentam estimar o tamanho e o impacto das apostas online sobre o consumo.

Dos R\$ 68,2 bilhões gastos pelos apostadores no período analisado, os brasileiros recebem R\$ 44,3 bilhões de volta do valor apostado, de acordo com o estudo - ou seja, 35% a menos do que gastaram. Esse valor inclui R\$ 200 milhões referentes ao saldo de prêmios líquidos aos apostadores (0,29% do total).

<https://www.seudinheiro.com/2024/financas-pessoais/itau-relatorio-bets-apostas-online-rsgp/>

Bets e jogo do tigrinho impactam orçamento das famílias, saúde mental e economia do país

Na economia do país e das famílias, as consequências das chamadas bets e de jogos conhecidos como tigrinho estão aparecendo e causando preocupação: elas vão do aumento do endividamento e diminuição de recursos para itens básicos ao adoecimento mental e até suicídio.

Recentemente, o diretor de Política Monetária do Banco Central, [Gabriel Galípolo](#), apontou que alguns estudos mostram que o aumento de renda no Brasil não elevou o consumo e nem as economias das famílias como poderia. A explicação pode estar no consumo dos jogos e das apostas online.

Em entrevista ao Brasil de Fato, a consultora do programa de Serviços Financeiros do Instituto de Defesa de Consumidores (Idec), Ione Amorim, afirma que a demora na regulamentação da atividade trouxe prejuízos consideráveis.

"Há um ambiente com muitos recursos financeiros, que fez com que essas empresas **capturassem influenciadores** que passaram a ser os seus grandes patrocinadores. Os seguidores foram induzidos para esse ambiente de jogos, que se alastrou muito rapidamente, com o atrativo de se ganhar recursos rapidamente."

"O Hospital das Clínicas aqui em São Paulo já admite não ter mais estrutura para receber pessoas para tratar esse problema este ano. Estamos **falando de saúde pública**, de um problema que é uma epidemia", explica.

Análise da empresa de consultoria Strategy&, as **apostas representam o equivalente a 76% das despesas de "lazer e cultura" das classes D e E**. O total gasto com os jogos corresponde a 5% do que é destinado à alimentação.

Ainda de acordo com a consultoria, as apostas já representam 1,38% do orçamento familiar nas classes com menor poder aquisitivo. A análise aponta também que boa parte do dinheiro ganho é colocado novamente no jogo, o que mostra que o eventual lucro de quem joga não tem impacto significativo na economia real.

A informação é reafirmada em um estudo de 2023, divulgado pelo Instituto Locomotiva, que mostra que somente 36% dos ganhos são usados em outros gastos. O levantamento estima que 20% da população de baixa renda aposta pelo menos uma vez por mês.

"Precisamos trabalhar a **educação financeira** e o risco do endividamento. As pessoas precisam estar cientes de que este ambiente não é saudável. A maioria das pessoas que hoje estão perdendo mais dinheiro são as que já estão negativadas. Elas estão sendo expostas a agiotagem em redes sociais", alerta Ione Amorim.

Com base nos textos motivadores, escreva um texto dissertativo em que você se manifeste sobre o tema:

A ilusão do "dinheiro fácil": as apostas esportivas como promessa de ascensão financeira em uma sociedade desigual.

Resposta em até 30 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>